

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004681-54.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Deilson da Silva Souza**
 Requerido: **Sara Lucia de Freitas Osorio Bononi**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

DEILSON DA SILVA SOUZA propôs ação de reparação de danos materiais e morais em face de **SARA LÚCIA DE FREITAS OSÓRIO BONONI**. Alegou, em síntese, ter contratado a requerida, em 11/02/2014, para a prestação dos serviços de assistência e consultoria jurídica com a propositura de reclamação trabalhista em face de seu antigo empregador. Afirmou que a ré, entretanto, não ingressou com a referida ação procurando-a pra firmar novo contrato de honorários, em 14/08/2015. Foi intentada ação trabalhista em 18/08/2015, sob o nº 0011728-50.2015.15.0008, que tramitou pela 1ª Vara do Trabalho local, arquivada por falta de comparecimento da parte autora à audiência de conciliação designada. Informou que após longo tempo sem qualquer notícia, procurou a requerida e por ela foi informado que por descuido havia esquecido de lhe informar sobre a audiência, mas que não haveria prejuízos, já que nova audiência ocorreria em outra data. Com o arquivamento do feito, não houve a possibilidade de proposição de nova ação, diante do decurso do prazo decadencial de 02 anos. Requereu a condenação da requerida ao pagamento do valor pretendido naquela ação - R\$ 70.000,00 - e na indenização de R\$ 700.000,00 pelos danos morais sofridos. Foi requerida também a concessão dos benefícios da gratuidade processual.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 06/26 e posteriormente às fls. 32/38.

Concedidos os benefícios da gratuidade processual às fls. 40/41

A ré se apresentou espontaneamente no feito (fl. 103) e apresentou contestação às fls. 11/141. Alegou que ao contrário do que diz o autor, não houve contratação dos serviços advocatícios no ano de 2014, mas apenas consulta sobre a possibilidade de ingresso de ação trabalhista. Informou que o autor levou consigo o contrato de prestação de serviços para melhor leitura e entendimento, mas não retornou para a contratação e entrega dos documentos pessoais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decorrido mais de um ano, no dia 14/08/2015, o requerente a procurou novamente para saber sobre o andamento processual, momento em que, expostos os fatos, fora firmado contrato de prestação dos serviços advocatícios. A ação foi devidamente distribuída, quando percebeu que os direitos do autor se encontravam prescritos. Contando com a distração do antigo empregador tentou realizar acordo antes da audiência de conciliação, o que não foi possível, sendo que o não comparecimento em audiência foi sua decisão consciente, diante da prescrição já verificada pela parte contrária. Afirmou que tentou contato com o autor, sem sucesso, entretanto. Impugnou a ocorrência de danos materiais e morais, bem como a excessividade do *quantum* indenizatório pleiteado. Juntou documentos às fls. 142/163.

Réplica às fls. 167/170.

Instados a se manifestarem acerca da necessidade de dilação probatória (fl. 172) as partes se manifestaram às fls. 175/176 e 178/179.

Tentativa infrutífera de conciliação (fl. 184).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Trata-se de ação de reparação por danos materiais e morais proposta pelo autor, que teria contratado os serviços da requerida para atuar como sua patrona em ação trabalhista no ano de 2014, sem que esta tenha efetivamente ingressado com a reclamação, propondo-a somente em agosto de 2015, após firmar novo contrato de honorários e já decorrido o prazo prescricional para o ingresso da ação.

Em que pese as alegações do autor, o contrato de fls. 09/10 não se encontra devidamente assinado, o que por si só demonstra a ausência de contratação nesse momento inicial. Não há nos autos qualquer elemento que comprove a contratação no ano de 2014, o que era obrigação do requerente.

Dessa forma, não há que se falar em qualquer indenização pela perda de uma chance, visto que, até 14/08/2015, a requerida não tinha nenhuma obrigação contratual junto ao autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por outro lado, a ré realizou contrato de prestação de serviços junto ao requerente, para o ingresso de ação cuja pretensão já se encontrava prescrita.

A responsabilidade pela análise dos documentos que embasam uma ação, bem como a possibilidade do direito do cliente, é exclusivamente do advogado e não do contratante e tampouco do estagiário.

Com razão, o autor criou expectativa quanto à possibilidade de recebimento de valores em razão do processo trabalhista, o que jamais se daria, diante da prescrição decorrida e, por esta razão, deverá ser indenizado.

Além disso, a ré tinha a obrigação de informar o andamento processual ao seu cliente quando da ocorrência da extinção do feito e arquivamento dos autos, sendo que não provou minimamente as tentativas que alega ter realizado.

É obrigação do advogado atuar com zelo profissional em favor de seu cliente, além do dever de lealdade e honestidade que possui o outorgado para com o outorgante. Nesse sentido E. Tribunal de Justiça do estado de São Paulo:

MANDATO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO DE DESÍDIA DO PATRONO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO INTERPOSTO PELO AUTOR. COMPROVAÇÃO DE CONDUTA DESIDIOSA E NEGLIGENTE DO RÉU, QUE DEIXOU DE COMUNICAR AO AUTOR QUANTO AO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO PATROCINADA E A SUA CONDENAÇÃO, RECONHECENDO-SE, POR CONSEQUENTE, A FALHA NO SERVIÇO PRESTADO, BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE LEALDADE E HONESTIDADE, JUSTIFICANDO-SE, ASSIM, A CONDENAÇÃO DO RÉU EM INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. DESCABIMENTO. QUANTIA FIXADA QUE SE MOSTRA ADEQUADA PARA O CASO CONCRETO E SE COADUNA COM OS LIMITES DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, POIS SUFICIENTE PARA INIBIR O RÉU DE PRÁTICAS DESSA NATUREZA, BEM COMO COMPENSAR O AUTOR PELOS DANOS SOFRIDOS, SEM IMPORTAR EM ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DA PERDA DE UMA CHANCE. CABIMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA QUE O AUTOR, CASO TIVESSE SIDO CIENTIFICADO DA SUA CONDENAÇÃO, OPTARIA PELO IMEDIATO PAGAMENTO, DE MODO QUE DEVE SER O RÉU CONDENADO PELOS ENCARGOS DE MORA DECORRENTES DA SUA CONDUTA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. SUCUMBÊNCIA INTEGRAL POR PARTE DO RÉU. Apelação parcialmente provida. (TJSP; Apelação 0152964-52.2012.8.26.0100; Relator (a): Cristina Zucchi; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 28ª Vara Cível; Data do Julgamento: 07/02/2018; Data de Registro: 15/02/2018)


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Friso ainda que, pautada pelo princípio da boa-fé objetiva, era dever da patrona, ao perceber a ocorrência da prescrição, informar nos autos da ação trabalhista, requerendo a desistência do pleito e não apenas deixar, conscientemente – segundo narrou, sem qualquer prova, também -, de comparecer à audiência designada, utilizando-se de maneira desnecessária da prestação jurisdicional do Estado. A requerida litigou de forma extremamente temerária, demonstrando menoscabo para com o seu cliente, a parte contrária e o próprio juízo daquele feito.

Nesse sentido:

Sobre o **'dever das partes e procuradores'**: “Não é ônus mas dever de probidade e lealdade processual, que deve ser observado pelas partes e seus procuradores. Caso a parte ou seu procurador descumpra o dever de probidade, fica sujeita à sanção repressiva do CPC 16 a 18, independentemente do resultado da demanda. O termo 'parte' deve ser entendido em seu sentido lato, significando todo aquele que participa do processo, incluindo-se o assistente, o oponente, o litisdenunciado, o chamado ao processo (Arruda Alvim, CPCC, II, 122)”.

Conforme o exposto, a requerida contratou com o autor desta ação, moveu ação trabalhista e sequer informou o cliente sobre a audiência, o que era sua obrigação. Não há que se falar ter agido a advogada dentro do razoável, inclusive porque não deu conta da extinção do feito ao seu cliente que, de forma bastante razoável, tinha criado expectativas sobre o seu deslinde.

Uma contratação gera obrigações; as do advogado longe estão de ser o acolhimento das pretensões de seu cliente, mas sim agir com zelo e dedicação não só ao feito como em especial ao contratante, que merece informações sobre o que ocorre. Por óbvio que tem o causídico conhecimento suficiente para avaliar que não há necessidade de inundar o contratante com informes sobre todo o desenrolar da causa, mas sim no tocante a questões relevantes. Ora, se ao "descobrir" que a pretensão estava prescrita, "decidir" não ir à audiência, e permitir a extinção do feito, não são temas de relevo e de interesse do cliente, nada mais pode assim ser considerado.

Diante de todo o exposto e considerando que o dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial, moral, psíquico e intelectual do ser humano, principalmente ao que se refere à sua liberdade, honra, saúde mental ou física e à sua imagem, restou clara a ocorrência no caso concreto.

Frise-se que o mero aborrecimento com as situações cotidianas não geram dano moral e devem ser suportados por todos aqueles que vivem em sociedade. Este, entretanto, não é o caso dos autos; o autor confiou na requerida para representá-lo perante a justiça, esperando ver os direitos que entendia possuir ao menos bem defendidos e, agindo de forma oposta, sem a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

necessária lealdade e lisura, a requerida intentou ação que não traria qualquer resultado ao autor e o que foi pior, nem ao menos prestou as devidas informações a ele, o que, por si só, supera o mero dissabor.

Cumpre destacar que na fixação do valor da indenização por dano moral, à falta de regulamentação específica, certos fatores têm sido apontados como determinantes do alcance da indenização. A conduta das partes, condições econômicas do ofendido e do ofensor e a gravidade do dano são de suma importância dentre os fatores hauridos da experiência comum. O valor da indenização deve ser arbitrado considerando, ainda, que deve servir como fator de reparação à lesão sofrida pela parte autora e também, deve ter caráter pedagógico de forma a desestimular comportamentos semelhantes ao praticado pela ré.

Nesse sentido, fixo a indenização por dano moral em R\$ 3.000,00, quantia que entendo suficiente para reparar a dor sofrida pela parte autora, sem que lhe represente um enriquecimento sem causa, servindo de fator intimidativo à parte ré, na prevenção de condutas semelhantes à discutida nos presentes autos.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, e condeno a parte requerida ao pagamento de R\$ 3.000,00 ao autor pelos danos morais suportados, devendo o valor ser corrigido monetariamente pela tabela prática do TJSP, desde a data de publicação desta sentença, e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, do mesmo marco, considerando que o fator tempo já foi levado em conta para a sua fixação.

Considerando que o autor sucumbiu na maior parte dos seus pedidos, consoante art. 86, do NCPC, arcará com 70% das verbas sucumbenciais (custas e despesas processuais), ressalvada a AJG concedida, e a ré com os 30% restantes. Fixo honorários advocatícios em 10% do valor da condenação para cada uma das partes, observando-se a gratuidade, nos termos do art. 85, §14, do CPC.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juiz "a quo" (art. 1.010 NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contratada para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para que ofereça contrarrazões. Após com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 27 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**